PROGRAMA CRIANÇA FELIZ DO GOVERNO FEDERAL: uma análise da assistência social, como um direito fundamental.

Fabiano Daniel Costa

RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo realizar reflexões acerca do Programa Criança Feliz – PCF, com foco principal na assistência social e suas contribuições para o desenvolvimento da criança na primeira infância, tendo como referência a análise dos trabalhos realizados através da atuação profissional dos visitadores, no referido programa em São João del Rei-MG. Como metodologia, a análise bibliográfica acerca dos assuntos abordados. A partir das reflexões construídas neste texto, é possível apresentar o trabalho do programa em pauta, sua metodologia e fundamentação teórica, intersectorialidade, parentalidade e sua pertinência para o desenvolvimento da criança na primeira infância.

Palavras-chave: Assistência Social; Programa Criança Feliz – PCF; intersectorialidade; parentalidade; primeira infância ;direitos fundamentais.

Introdução

Este artigo tem por objetivo fazer uma análise sobre os pontos importantes de nossas políticas públicas, com maior intensidade, voltadas aos direitos fundamentais e sociais. Abrange, principalmente, o desenvolvimento familiar e os cuidados na primeira infância.

Assim, iniciamos com o entendimento sobre as políticas públicas que, efetivadas no ano de 1980, foram consideradas direito e não mais caridade. A Constituição Federal de 1988, graciosamente conhecida por “Constituição Cidadã”, fortaleceu tais políticas e as incluiu no rol dos direitos sociais, proporcionando às famílias terem seus direitos expressos e garantidos, de modo que o seu exercício pôde ser tornar eficaz.

Essa constituição foi o marco para a construção da política pública de assistência social, firmando-se esta como dever do Estado e direito da população que dela necessitar. Passou a trabalhar os mínimos sociais, combatendo seus agravamentos por meio de programas e serviços sócios assistenciais. Portanto, o

que se vê nas últimas décadas é a sua materialização e estruturamento por meio do ordenamento legal e institucional.

Decorrente da carta magna, todo conjunto de legislações infraconstitucionais se transforma no alicerce, o qual organiza e promove mudanças de paradigma no âmbito da Assistência Social, que outrora não era compreendida como um direito do cidadão, mas, apenas, assistencialismo e filantropia. Nesse sentido está a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A Política Nacional de Assistência Social expressa à materialidade da assistência social enquanto política de direito e como um pilar da Proteção Social brasileira.

Nesse cenário, compreendemos que a infância é fase mais importante na vida do indivíduo. É nessa fase que se faz necessário contar com um conjunto de fatores que contribuam para formação do ser humano, devendo ser realizadas ações que incluam a família, o Estado, a escola, entre outros que colaborem para que haja modos de pensar e viver a infância.

Tomaremos como base para a nossa análise o Programa Criança Feliz, o qual se caracteriza como uma ação do Estado na política de assistência social. Ele surge como uma importante ferramenta para as famílias com crianças entre zero e seis anos, ofertando aos pequenos meios para promover seu desenvolvimento integral, conforme o marco legal da primeira infância instituído pela Lei Federal Nº 13.257, de 08 de março de 2016, de caráter Intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

Por fim, destacaremos neste programa a visita domiciliar, com foco na promoção do desenvolvimento da criança pequena e da parentalidade, que é uma estratégia que implica a entrega de um serviço que tem como público-alvo as crianças e os cuidadores principais, que exercem funções parentais.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadores: Prof. Dr. Daniel Albergaria Silva; Prof.^a Me. Erika Tayer Lasmar

A Assistência Social como política de direito

A Política de Assistência Social brasileira ganha status de política pública com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ao integrar o sistema de Seguridade Social em conjunto com a Saúde e Previdência Social, passando a compor o sistema de proteção social brasileiro, de caráter não contributivo, como direito e destinado aos cidadãos que dela necessitarem.

No delinear da história da política social no Brasil, a Assistência Social tem se transformado nas últimas décadas, sendo materializada e estruturada por um conjunto de ordenamento legal e institucional. Dessa forma, evidencia-se a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005 e Tipificações dos Serviços Socioassistenciais.

Deve-se salientar que, a construção desse conjunto de legislações supracitada se transforma num alicerce, na medida em que vêm organizando e promovendo uma mudança de paradigma no âmbito da Assistência Social, que outrora não era compreendida como um direito do cidadão, constituindo-se como assistencialismo ou filantropia.

No Brasil, as políticas sociais passam a ter um caráter de direito a partir da década de 1980, a qual foi marcada pela efervescência dos movimentos sociais na luta pela democracia e pelos direitos do cidadão. Em síntese, dessas lutas obteve-se a Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, que registra o grande avanço em relação aos direitos positivados e a assistência social. A Constituição Federal foi uma grande conquista para o cidadão e a sociedade como todo. Para Simões (2010, p. 294) “A Constituição Federal concebe a assistência social como política de seguridade social de responsabilidade do Estado e direito do cidadão (art. 203 e 204 CF)”.

Esta constituição foi à porta de entrada para o início da construção da política de assistência social na condição de política pública, dever do Estado e direito da população, passando a trabalhar os mínimos sociais e combatendo os agravamentos da questão social por meio dos seus programas e serviços sócio-assistenciais. Para Simões:

Segundo a Lei, a assistência tem por finalidade assegurar a prestação das necessidades básicas, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade, definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla. Para reduzir os níveis de pobreza, prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio a gestantes; pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes por meio de ações continuadas de assistência social. SIMÕES (2010, p. 295).

Dessa forma redimensiona-se a assistência social, que deixa de ser apenas mais uma ação de imposição de interesses da classe dominante sobre os dominados, e passa a ter um caráter de política pública de direito, não contributiva, de responsabilidade do Estado, que se insere no tripé: Seguridade Social, enfrentamento à pobreza e proteção social.

A Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, constitui-se na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e em seu artigo primeiro já assegura a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado e como Política de Seguridade Social não contributiva. Assegura também a participação de organizações públicas e privadas na realização de ações de assistência social para o atendimento de necessidades básicas no provimento de mínimos sociais. Conforme Simões:

A LOAS sistematizou e institucionalizou, como permanentes, os serviços assistenciais as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Representou a maioria jurídica da assistência social, na história brasileira, instituindo em seu estatuto como política pública de Estado, integrada a seguridade social. SIMÕES (2010, p. 295).

A LOAS inova ao conferir à assistência social o status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Inova também pela garantia da universalização dos direitos sociais e por introduzir o conceito dos mínimos

sociais, garantindo aos usuários acesso aos programas sócio assistenciais no âmbito do direito social.

Em outubro de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), um marco na história da assistência social no país, porém ainda influenciada por um histórico da caridade, do clientelismo e da filantropia. Conforme Simões:

A PNAS, aprovada pelo CNAS, promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabe, por isso, a assistência social, segundo esta política, as ações de prevenções, promoção e inserção; bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam a vulnerabilidade, o risco social e eventos; assim como atendam as necessidades emergentes ou permanentes, decorrentes de problemas pessoais ou sociais dos seus usuários e beneficiários. SIMÕES (2010, p. 309):

A Política Nacional de Assistência Social expressa à materialidade da assistência social enquanto política de direito como um pilar da Proteção Social brasileira. Trata-se de uma normativa com intuito de transformar em ações práticas os pressupostos da Constituição de 1988 e da LOAS, por meio definições de princípio e de diretrizes que norteia a implementação da política de assistência social.

A Proteção Social Básica é integrada pelo: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. Dentre esses, o PAIF é considerado o principal programa operacionalizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse sentido, ocorre uma tendência familista como destaca Teixeira:

No Brasil, a política dirigida à família, mesmo que ofereça proteção, o faz para que ela possa proteger seus membros, o que reforça as suas funções protetivas e a dependência do indivíduo das relações familiares, reforçando o “familismo”, ao invés de ser desfamiliarizante, pois sua rede de serviços é subdesenvolvida face aos benefícios, e atua sempre no sentido de impulsionar as funções familiares na proteção, tidas como insubstituíveis, ampliando ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres e vulneráveis. TEIXEIRA (2009, p. 260).

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social e à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Nesse sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, ou seja, da distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos.

Posto isso, a população brasileira foi surpreendida com a criação do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto do Poder Executivo da União nº 8.869/16, conhecido nacionalmente no âmbito da Assistência Social como Primeira Infância no SUAS. O Programa prevê o acompanhamento e apoio a primeira infância para as famílias que recebem benefício de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família, bem como designa o estímulo ao desenvolvimento da criança na primeira infância, fortalecendo os vínculos familiares. Para tanto, o programa elege como principal atividade a ser desenvolvida a realização de visitas domiciliares de forma periódica, nas quais os visitantes repassarão orientações no tocante à atenção e apoio às famílias, nos cuidados e estímulos para o desenvolvimento infantil.

Nesta vertente, a visita domiciliar é uma importante estratégia de promoção do desenvolvimento infantil e da parentalidade na primeira infância, período que vai do nascimento aos 06 anos de idade da criança. Os esforços para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos têm a visita domiciliar como uma das estratégias

de extrema importância para promover a saúde e o desenvolvimento humano, com inúmeros benefícios para as crianças, às famílias e toda a sociedade. Cada vez mais se identifica a necessidade de incremento de ações e estratégias que avaliem o desenvolvimento infantil, promovam o pleno desenvolvimento das crianças e das famílias e, conseqüentemente, de forma ampla, o da sociedade. O cuidado integral e integrado na primeira infância é essencial para a obtenção de impacto positivo no desenvolvimento humano e a busca pelos direitos fundamentais expressos na nossa Constituição Federal de 1988.

O desenvolvimento humano, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde o início da década de 1960 tem uma representação no Brasil para contribuir no combate à pobreza e a desigualdade, fortalecer a governança democrática, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e sustentável, integra aspectos relativos ao desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, local e rural e o desenvolvimento sustentável.

Por que é importante promover o desenvolvimento na primeira infância?

Como já foi dito, primeira infância é uma etapa fundamental na vida do ser humano para que ele possa realizar seu potencial ao longo de sua existência. Evidências científicas têm demonstrado que o cérebro se desenvolve rapidamente nos primeiros anos de vida e é muito sensível aos cuidados e estímulos ambientais, conforme estudos realizados pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), do Governo Federal que foi criado em 2011 com o objetivo de promover o desenvolvimento da primeira infância no Brasil, período que abrange os primeiros seis anos completos – ou 72 meses de vida – de uma criança. Trata-se de um período que é tido como uma “janela de oportunidade”, porque nele a aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de aptidões e competências acontecem com maior facilidade.

Por que é importante promover a parentalidade? As boas práticas parentais, que incluem a garantia dos cuidados básicos à realização de brincadeiras, passando pela construção dos vínculos afetivos, de acordo com as

necessidades da criança em cada fase do seu desenvolvimento, são fundamentais para alcançar os seus potenciais. Procedeu-se a uma análise de estudos publicados sobre intervenções realizadas durante as visitas domiciliares, com o foco na promoção do desenvolvimento infantil e da parentalidade realizado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), tais estudos indicam que o apoio aos adultos de referência da criança, também chamados de cuidadores principais (mãe, pai, avós e outros), no exercício da função parental pode se desdobrar em uma variedade de experiências estimulantes e apropriadas nos primeiros anos de vida, favorecendo um cuidado cotidiano de qualidade às crianças.

O Marco Legal da Primeira Infância, Lei Nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, contém diretrizes para uma série de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças, desde o nascimento até os 06 anos de idade. Como regra geral, a formulação de políticas públicas e o planejamento de ações para um desenvolvimento sustentável em nossa sociedade são fundamentais para interferir nos determinantes relacionados à pobreza, fome, baixa educação, exclusão social, ao desemprego, às moradias precárias, ao crescimento populacional acelerado e desordenado, entre outros.

Assim, para a construção de uma sociedade com maior igualdade de oportunidades, é imprescindível que nossas políticas públicas implementem ações com especial atenção aos primeiros anos de vida. Destaca-se que, muito além de condições de sobrevivência, é necessário oferecer a todas as crianças a possibilidade de alcançarem, em suas trajetórias de vida, o desenvolvimento pleno – isto é, em termos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Programa Criança Feliz, como uma manifestação de política pública voltada à inclusão social e desenvolvimento infantil.

O Programa Primeira Infância Melhor/PIM, implementado no estado do Rio Grande do Sul, em 2001, com articulação entre estado e municípios na realização de visitas domiciliares, que subsidiou a proposição do Programa Criança Feliz (PCF), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, em 2016. Este último programa prevê a visita de rotina para as famílias de gestantes e crianças com

até 03 anos de idade, atendidas pelo Programa Bolsa Família, de crianças até 06 anos cujas famílias são atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada ou que estão afastadas do convívio familiar. Para aderirem ao PCF, os municípios devem contar com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e, no mínimo, 140 beneficiários do Programa Bolsa Família.

O Programa Criança Feliz foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, de caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus filhos meios para promover seu desenvolvimento integral, e assim demonstrar com clareza que a assistência social é um direito fundamental.

O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos meios para promover seu desenvolvimento integral, conforme o marco legal da primeira infância instituído pela Lei Nº 13.257, de 08 de março de 2016, de caráter Inter setorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

É uma estratégia alinhada ao marco legal da primeira infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas, trazendo a atenção para especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Neste artigo científico se faz por entender a assistência social como direito fundamental social, que visa identificar os parâmetros sociais e jurídicos que levaram o município de São João del Rei-MG a aderir ao programa, expondo assim a ideia do Programa Criança Feliz como uma manifestação de política pública voltada à inclusão social e desenvolvimento infantil.

Em outro parâmetro, analisaremos a efetividade do programa Criança Feliz na realidade municipal de São João del Rei-MG, avaliando assim os pontos importantes do programa, os quais identificam uma função essencial para o

esclarecimento e amparo para gestantes e crianças na primeira infância (0 – 6 anos). A meta do programa é garantir que as crianças crescerão com total atenção, evitando os problemas de fala, linguagem, memória e percepção, bem como falhas para tarefas simples do dia a dia.

As áreas de atuação do programa são: educação, saúde, justiça e cultura, a fim de promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. O projeto defende que cuidar das crianças é cuidar dos homens e mulheres do futuro, é garantir bons cidadãos para o Brasil.

O Programa Criança Feliz tem como público prioritário, as gestantes, crianças de até 03 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família, as crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC, as crianças de até 06 (seis) anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista na Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

O PCF visa promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, apoiando a gestante e a família na preparação para o nascimento e os cuidados perinatais. Possui dois eixos de atuação, os quais são conectivos essenciais para que torne mais acessível, fácil e eficaz a implementação dentro do núcleo familiar. São eles: eixo I = visitas domiciliares; eixo II = integração das políticas de atenção à primeira infância no território.

O consenso para se implantarem programas eficazes e permanentes para crianças é mútuo nas políticas de governo. Diminuir as desigualdades sociais, dar acesso à saúde e educação dignas, têm sido os objetivos perseguidos pelos implantadores do programa. Em continuidade, temos o combate à desnutrição, aos maus-tratos e doenças, visando à saúde plena das crianças, com intuito de garantir a assistência social como um direito fundamental.

A principal ação do Programa Criança Feliz é a realização de visitas domiciliares. As visitas são ações desenvolvidas pelos visitantes na residência da família incluída no programa. Elas representam uma estratégia de aproximação dos serviços com a família atendida e, por isso, favorecem um reconhecimento mais preciso das características, potencialidades e necessidades

de cada contexto, resultando em propostas de intervenção singulares, pertinentes a cada realidade.

Estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social mostram que as visitas domiciliares são efetivas para fortalecer os vínculos e as competências da família para o cuidado das crianças e promover o desenvolvimento infantil. As visitas domiciliares no Programa Criança Feliz assumem, então, as perspectivas da prevenção, da proteção e da promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância.

Por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Programa Criança Feliz fazem o acompanhamento e dão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil.

Ele atende e abrange também crianças de até seis anos e suas famílias que sejam beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças de seis anos que foram afastadas do convívio familiar, sendo necessário acompanhamento com psicólogos e assistentes sociais.

Podem receber o BPC pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência. O benefício é destinado a idosos que não têm direito à previdência social e a pessoas com deficiência que não podem trabalhar e levar uma vida independente. A renda familiar nos dois casos deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo, de acordo com o Art. 20, Seção I, Do Benefício de Prestação Continuada, da Lei nº 8.742/1993, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993(Brasil, 1993):

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Brasil, 1993, Art. 20).

Diferentemente de outros programas sociais, o Programa Criança feliz não presta auxílio às famílias com nenhum tipo de remuneração em dinheiro, apenas o acompanhamento dos bebês e crianças, assegurando-lhes o direito aos serviços e auxílios básicos para seu futuro.

Dos direitos positivados na Constituição Cidadã que embasam o assistencialismo

Os direitos sociais no Brasil estão quase totalmente ligados à legislação trabalhista e quando não estão atrelados a ela são apenas programáticos ou mera intenção, não tendo força e presença do Estado para efetivá-los, como cita Berenice Rojas Couto: “Essa abstenção do Estado e sua presença apenas no campo regulatório fazem com que se questione a efetiva presença de direitos sociais no longo caminho percorrido até a constituição de 1988”. (COUTO, 2010, pg.76).

O preâmbulo de nossa Constituição Federal afirma a preocupação e intenção do constituinte de 1988 com os direitos sociais e individuais, a solidariedade, igualdade e dignidade da pessoa humana, visando atingir a justiça social. Vejamos:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

A previsão na Constituição confirma que o princípio e o respeito aos direitos fundamentais são a base que deve orientar as ações do Estado, a interpretação e a aplicação das leis. A dignidade da pessoa humana é um fundamento do Estado Democrático de Direito, prevista como um princípio fundamental da República Federativa do Brasil. A previsão consta do artigo 1º, III da Constituição Federal 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana; nos termos da Constituição Federal. (BRASIL, 1988, Art. 1º).

Dignidade da pessoa humana é um conjunto de princípios e valores que tem a função de garantir que cada cidadão tenha seus direitos respeitados pelo Estado. O principal objetivo é garantir o bem-estar de todos os cidadãos.

A dignidade da pessoa humana norteia os princípios fundamentais no direito brasileiro, e significa que o Estado objetiva satisfazê-la através da ação dos seus governos. O princípio é ligado a direitos e deveres e envolve as condições necessárias para que uma pessoa tenha uma vida digna, com respeito a esses direitos e deveres. Também se relaciona com os valores morais porque objetiva garantir que o cidadão seja respeitado em suas questões e valores pessoais.

Muitos direitos básicos do cidadão estão relacionados ao princípio da dignidade da pessoa humana, principalmente os individuais e coletivos e os direitos sociais. Nesse sentido, em seu artigo 3º a Constituição Federal prevê os objetivos da república Federativa do Brasil:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, Art. 3º).

Segundo José Ricardo Caetano Costa: “o inciso III do artigo 3º prevê a dignidade da pessoa humana como objetivo fundante do Estado Democrático de Direito, tratando-se, portanto, da busca da elevação da dignidade de todos os cidadãos”. (COSTA, p.105, 2013)

O respeito aos direitos fundamentais é essencial para garantir a existência da dignidade. E é justamente por esse motivo que temos também, garantido pela Constituição Federal 1988, CAPÍTULO II; DOS DIREITOS SOCIAIS:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição.
(BRASIL, 1988, Art. 6º)

Os direitos individuais e coletivos são os direitos básicos que garantem a igualdade a todos os cidadãos. Já os direitos sociais são os direitos relacionados ao bem-estar do cidadão, como vemos o direito à educação, garantia de acesso à saúde, moradia, segurança, previdência social, proteção às crianças, à maternidade. A dignidade da pessoa humana é um princípio do Estado Democrático de Direito, que é o Estado que respeita e garante os direitos humanos e os direitos fundamentais dos seus cidadãos.

Isso significa que, além de garantir às pessoas o exercício dos seus direitos fundamentais, o Estado também deve agir com cuidado suficiente para que esses direitos não sejam desrespeitados. É uma obrigação do Estado, através dos governos, tomar medidas para garantir direitos e bem-estar dos cidadãos. Da mesma maneira, também é tarefa do Estado cuidar para que os direitos fundamentais não sejam violados.

Visita domiciliar como estratégia de promoção para o desenvolvimento e da parentalidade na primeira infância

A visita domiciliar, com foco na promoção do desenvolvimento da criança pequena e da parentalidade, é uma estratégia que implica a entrega de um serviço que tem como públicos-alvo as crianças e os cuidadores principais, que exercem funções parentais (mãe, pai, avós e outros). Trata-se de uma atividade que pode se prestar a propósitos variados, como o apoio a diferentes tipos de famílias (mães adolescentes, famílias monoparentais, famílias de etnias específicas, entre outras) e a circunstâncias e comportamentos particularmente vividos (preparação para a escola, estresses, abusos, entre outros). Também apresenta como variação a dimensão dos agentes que prestam os serviços (enfermeiros, agentes comunitários de saúde, entre outros) e a duração e intensidade das ações e serviços.

A primeira infância tornou-se prioridade nas agendas de pesquisa e formulação de políticas públicas por ser uma faixa etária crítica para a aprendizagem. Países que implementaram programas de desenvolvimento infantil

extensos (iniciando cedo e com grande exposição às intervenções), abrangendo os aspectos de saúde, nutrição, estimulação e educação da criança, alcançaram resultados significativos e duradouros nesse sentido. Essas evidências estão de acordo com as premissas científicas de que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento de capacidades fundamentais para a aquisição de novos conhecimentos no futuro.

As políticas voltadas a programas de cuidados primários de saúde e educação na primeira infância, promovendo boas condições de saúde materno-infantil, garantia de nutrição adequada e políticas de apoio social evidencia a geração de implicações socioeconômicas positivas de longo-prazo, como aumento dos anos de escolaridade completos, melhores condições de saúde física e mental na vida adulta, e melhor inserção no mercado de trabalho. Do ponto de vista social, a evidência empírica demonstra que crianças que frequentaram boas escolas e tiveram atenção à saúde adequada na primeira infância tornaram-se cidadãos com menor propensão ao envolvimento com tabagismo, alcoolismo, criminalidade e violência, além de precisarem menos da ajuda do governo para sua sobrevivência (através de programas de transferência de renda e concessão de benefícios). Tais estudos demonstram que o investimento para o desenvolvimento e a aprendizagem durante a primeira infância traz um retorno maior para a sociedade do que investimentos em qualquer outra etapa da vida.

O Colaborar no exercício da parentalidade acaba fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade.

O programa tem por objetivo também, mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos, integrando, ampliando e fortalecendo ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Para tanto se faz necessário após explanar sobre o tema em questão e analisar a efetividade do programa Criança Feliz na realidade municipal de São João del Rei-MG e avaliar os pontos importantes do programa, os quais

identificam uma função essencial para o esclarecimento e amparo para gestantes e crianças na primeira infância (0 – 6 anos).

O Programa Criança Feliz depois de instalado no município de São João Del Rei, conta com a presença de visitantes, que foram treinados em cursos ministrados por profissionais qualificados nesta área de atuação e ainda conta com a participação unificada com o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), onde desenvolvem visitas domiciliares, as quais realizam trabalhos educacionais com as crianças e ainda auxiliam nas garantias legais que estas famílias possuem, esclarecendo e informando caminhos, os quais deveriam ser seguidos para que possam ter seus direitos exercidos igualmente.

Cada visitante acompanha em um total 30 (trinta) famílias, as quais necessitam de acompanhamento por motivos de necessidade social, educacional e alimentar. O visitante tem o papel importante de garantir para suas famílias que elas sejam incluídas e que seus direitos fundamentais e sociais sejam respeitados e garantidos.

As famílias são geralmente aquelas incluídas na classe economicamente baixa, com renda inferior há 01 salário mínimo, incluídas no Bolsa Família e BPC, sendo assim o público alvo do programa. Durante as visitas, quando identificado alguma necessidade especial em alguma criança sendo (saúde da criança), atendida pelo programa, esta, será encaminhada para um atendimento médico especializado, conforme o quadro clínico identificado pelo médico responsável pelo atendimento daquela criança.

O BPC (Benefício de Prestação Continuada), também é um dos fortes pilares que o programa utiliza para que as famílias possam ter uma renda, pois o PCF não disponibiliza recurso financeiro para as famílias. Depois de identificado e constatado a necessidade e possibilidade de inclusão no BPC, os visitantes auxiliam na parte administrativa para as famílias possam ter este direito garantido.

O Programa Bolsa Família, também é um dos recursos utilizados dentro deste programa, onde os visitantes realizam o Cadastro Único da família e logo depois de aprovado junto ao CRAS, habilita aquela família a ter o direito ao NIS (Número de Identificação Social) e assim ser contemplado com o programa.

Para o município, o programa está sendo de extrema necessidade, no intuito de levar para as crianças o desenvolvimento intelectual e as boas práticas parentais, que incluem a garantia dos cuidados básicos à realização de brincadeiras, passando pela construção dos vínculos afetivos, de acordo com as necessidades da criança em cada fase do seu desenvolvimento, são fundamentais para alcançar os seus potenciais.

Considerações Finais

A assistência social brasileira tornou-se alvo de um significativo avanço ao se constituir como política de direito, não contributiva, inserida no tripé da Seguridade Social junto às políticas de Previdência Social e Saúde. Avanço que se fez possível em um contexto de lutas e reivindicações de diversos segmentos da sociedade civil em busca de uma nova forma de cidadania, resultando na materialização da Constituição Federal de 1988. Nessa direção, a assistência social que por muito tempo foi marcada por práticas clientelistas, assistenciais e caritativas, concretiza-se enquanto uma política de proteção social, inovando ao regulamentar a Lei Orgânica de Assistência Social –LOAS.

Válido lembrar que o programa em pauta se encontra no nicho de programas ofertados pela Assistência Social no Brasil, através do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Em decorrência disso, o PCF tem como público as pessoas em vulnerabilidade social, crianças de zero a três anos de idade e gestantes beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças em primeira infância beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

É pertinente ressaltar que o programa é, de certo modo, “novo” para a assistência social, aspecto esse que não advém somente por sua constituição recente, mas também pelo seu recorte e metodologia de visitas domiciliares sistêmicas (com periodicidade definida pelas diretrizes do programa). Entre os objetivos do Programa Criança Feliz está o apoio às gestantes no que se refere a sua gestação e a promoção do desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, tendo o fortalecimento de vínculo como ferramenta e objetivo.

Frente à problemática da carência de desenvolvimento humano nas famílias mais pobres do município, especialmente aquelas beneficiárias do Bolsa Família, é necessário ter a atuação articulada de políticas públicas para garantir as necessidades fundamentais da criança.

O ser humano está em constante desenvolvimento, e, por conseguinte a atenção e o cuidado com as crianças, principalmente nos primeiros anos de idade, são fundamentais, pois é nesse período que a estruturação física e mental do indivíduo começa a se desenvolver. Com isso, é válido ressaltar que diversos fatores afetam o desenvolvimento da criança, como a alimentação, o ambiente e as relações humanas (familiares e sociais).

Contudo, a atenção e o cuidado no desenvolvimento da criança iniciam-se anteriormente ao nascimento, haja vista a prudência e preparação da gestante para o nascimento do bebê. Neste aspecto, as intervenções realizadas pelas Visitadoras Sociais durante as visitas domiciliares do PCF servem como eixo mediador buscando o desenvolvimento humano, especificamente da criança em vulnerabilidade social.

Enfim, podemos observar que os resultados do Programa Criança Feliz no município de São João del Rei-MG estão sendo satisfatórios ao ponto de ser observados claramente dentro do cunho familiar. As famílias no início passaram a receber estes visitantes como pessoas estranhas, as quais estavam querendo verificar algumas práticas contrárias dentro dos parâmetros legais, mas com o desenvolvimento das atividades ali ofertadas pelos visitantes e o apoio ao familismo e a parentalidade, tais objetivos são alcançados através de visitas domiciliares e com a integração de políticas públicas nos territórios por meio da coordenação e integração dos serviços de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, lazer e instâncias de direitos para assegurar as melhores condições para o desenvolvimento da criança, que tal desconfiança foi descartada e a efetividade do programa alcançada.

Bibliografia

BRASIL. Constituição Federal. 5 de outubro de 1988

BRASIL. Lei Nº 8.742. de 7 Dezembro de 1993. Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

CIESPI. **A criança na primeira infância em foco nas pesquisas brasileiras.** Disponível em: www.ciespi.org.br. Acesso em: 14 out. 2019.

MARIA, S. *et al.* Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão CEP: 65 085 -580, São Luís, Maranhão, Brasil Fone(98) 3272-8666-3272-8668A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais. **Jornada internacional de políticas públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 1-9, ago./2013.

MDS. **Programa criança feliz.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa>. Acesso em: 14 out. 2019.

PLANALTO. **Constituição federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

PLANALTO. **Lei Nº8069; Estatuto Criança e o Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 7 mai. 2020.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 294-295.

TEIXEIRA, Solange. **A família na política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar.** 13. ed. São Luís: Rev. Pol. Públ, 2009. p. 255-264.

WIKIPEDIA. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Desenvolvimento. Acesso em: 3 abr. 2020.